REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E DEMOCRACIA NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Anna Waleska N. C. de Menezes

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa construir uma análise acerca da constituição do chamado *espaço público* a partir das contribuições de Lipietz, Claus Offe e Habermas. Devido à extensão do pensamento desses autores é importante frisar a pontualidade com que suas obras serão analisadas neste ensaio e a contribuição que cada um deles traz nesta teia discursiva.

Lipietz traz como contribuição central o desafio de discutir a própria noção de *espaço* enquanto termo que expressa de forma satisfatória a materialidade das relações sociais.

Claus Offe apresenta como o espaço público se constitui a partir dos grupos de interesse e analisa as duas matrizes de racionalidade presentes na execução das políticas públicas contemporâneas em sua obra *Capitalismo desorganizado* (1995).

¹ Doutoranda em Ciências Sociais. Professora da Faculdade Câmara Cascudo
e-mail: annawaleska@fcamaracascudo.com.br

Habermas, em seu texto *Três modelos normativos de democracia* (1980), argumenta que a constituição daquilo que se considera *espaço público* depende do conceito de democracia adotado, tomando por base uma análise dos republicanos e dos democratas norte-americanos.

Outrossim, ao considerar as contribuições destes autores acerca da temática da constituição de um espaço público, este trabalho atinge o objetivo secundário de esclarecer conceitos, em face da freqüente identificação do *público* como sendo “aquilo que pertence ao Estado” ou o seu inverso, o *público* como sinônimo de sociedade civil.

2 Claus Offe e Habermas: aproximações e análises sobre a Constituição do Público

Habermas e Claus Offe, na década de setenta, encontravam-se preocupados com o problema de como se produzia a legitimação do capitalismo na sociedade contemporânea e sobre isto produziram obras marcantes para as Ciências Sociais. *Problemas estruturais da esfera pública* (198) e *A crise de legitimação do capitalismo tardio* (1980) foram obras importantes para as análises políticas de Habermas. Em *Problemas estruturais do Estado capitalista* (198), Claus Offe desenvolve o seu famoso debate a respeito do papel do Estado frente a crise permanente do capital.

A influência de Claus Offe no escritos de Habermas é marcante no que tange a sua compreensão do papel do Estado na estrutura da sociedade. Isto pode ser comprovado em seu texto *A crise de legitimação do capitalismo tardio*, no qual se observam dez notas de rodapé citando Offe. A nota da primeira página é uma das mais significativas, visto que orienta o leitor a conferir sua hipótese de trabalho (“até no capitalismo regulado pelo Estado, mudanças sociais implicam em contradições e crises”) na obra de Offe *Problemas estruturais do Estado capitalista*.

Adiante, Habermas afirma: “o modelo sistêmico-teórico desenvolvido por Offe e seus colaboradores parece-me mais adequado (...) Assim agindo, Offe concebe ‘estrutura’ como um conjunto de regras sedimentadas de seleção...” (HABERMAS, 1980: 80)

Em comum, vê-se que ambos os pensadores alemães são considerados críticos da sociedade do trabalho e apontam para uma compreensão na qual o aparato estatal funciona a partir de uma lógica própria, ou seja, expressa uma racionalidade secularizada, afastando a hipótese de uma simples submissão à lógica do capital. Com isso, o Estado adquire uma estrutura e um funcionamento autônomo dos interesses de classe, o que se apresenta bastante contraditório, visto que, para os mesmos, há ainda uma conexão entre o Estado e a lógica capitalista, nos termos que Max Weber problematiza o processo de autonomização das esferas da cultura, do mercado e da política.

O problema central deste paradigma habermasiano, o qual também desponta de modo menos radical em Offe, é apontado com propriedade por Ricardo Antunes no seu livro *Os sentidos do trabalho* (2000). Para Antunes, a disjunção que Habermas realiza entre mundo sistêmico e mundo da vida é reflexo de uma lógica que separa trabalho imaterial (visto por Habermas como dimensão da esfera comunicacional) e trabalho material (dimensão da esfera instrumental do sistema). Portanto, salienta Antunes “o mundo da vida e o sistema não são subsistemas que possam ser separados entre si, mas são partes integrantes e constitutivas da totalidade social que Habermas, sistêmica, binária e dualisticamente secciona” (Antunes, 2000: 158).

Antunes prossegue demonstrando que a fragilidade da proposição de Habermas assenta-se na carência de uma perspectiva dialética da totalidade (sócio-político-econômica). Faltou-lhe, portanto, perceber o sistema de *metabolismo social* do capital, segundo o qual todos os elementos constitutivos e contraditórios da realidade interpenetram-se e compõem facetas de uma unidade histórica capitalista.

Apesar das ressalvas, deve-se perceber que, tanto Claus Offe quanto Habermas, trabalharam suas questões com uma profundidade analítica notável, além de estarem sinceramente interessados em encontrar alternativas de como responder criticamente aos desafios da nova fase de profunda hegemonia do capitalismo. Não podendo ser descartada *a priori* a fecundidade de suas contribuições teóricas.

Como foi exposto na parte introdutória deste trabalho, os escritos que são objeto desta análise são *Capitalismo desorganizado* (Claus Offe) e

Três modelos normativos de democracia (Habermas). A escolha do texto de Offe deveu-se aos maiores esclarecimentos que o autor, mais de uma década após o seu famoso *Problemas estruturais...*, oferece acerca da constituição do público enquanto um *status* atribuído no sentido de legitimar e aprisionar as reivindicações dos grupos de interesse.

Já a escolha do texto de Habermas *Três modelos normativos de democracia*, deveu-se ao comentário de Sérgio Costa, para o qual a obra *Mudança estrutural da esfera pública* (que descreve a decadência da esfera pública burguesa), havia sido escrita há mais de trinta anos e não representava mais a opinião de Habermas sobre o assunto. Costa afirma que, em contribuições mais recentes do autor alemão, como é o caso de *Três modelos normativos de democracia*, procedeu-se em Habermas uma “redescoberta da sociedade civil”, podendo ser observada em seu texto a existência de “uma esfera pública politicamente influente”. (COSTA, 1995, p. 58)

Portanto, acredita-se que as contribuições destas obras acerca dos modelos e formas de racionalidade que perpassam a constituição do *público*, propiciem elementos que serão reapropriados a fim de subsidiar a análise da questão deste estudo: como se constitui o espaço público?

2.1 Os grupos de interesse e as modificações na constituição do espaço público: o realismo pós-pluralista.

Partindo do pressuposto que os processos de reprodução do capitalismo em sua dimensão sócio-cultural cristalizam-se de forma política no espaço público, observa-se que este é constituído por grupos de interesse, denominados por List Vieira (2001) como associações civis¹. Assim o alvo das disputas de tais grupos é a capacidade de influenciar a agenda do Estado, mas, para que isso aconteça, é preciso haver a conquista e o reconhecimento da importância das demandas de determinado grupo.

¹ Segundo o seu entendimento estas entidades “absorvem iniciativas sociais difusas, encaminhando-as ao espaço público para o embate político”. (VIEIRA 2001, p. 71)

Portanto, pode-se dizer que o espaço público é o espaço da macro-política de uma determinada sociedade, aquela que é realizada entre o Estado e os seus grupos de interesse.

A participação dos movimentos sociais no espaço público causa uma ampliação nos seus limites, fazendo com que sejam incorporados novos temas na agenda política, trazendo informações preciosas para a elaboração das políticas públicas e legitimando as “razões de Estado” ao fornecer respaldo popular para suas intervenções.

Contudo, a relação dos grupos de interesse com o Estado não se estabelece apenas como uma troca de reconhecimento e legitimação, existem complicadores neste processo de institucionalização das demandas sociais os quais foram analisados por Claus Offe (1995) por meio do estudo da realidade política alemã.

Baseado na hipótese de Claus Offe (1995) de que o espaço público existe enquanto mediador entre as necessidades operacionais do Estado e os interesses da sociedade civil, depreende-se que este ocupa uma zona comum de comunicação entre os formuladores das políticas estatais e as associações de interesses de grupos na sociedade civil. Estas duas “pontas”, ao se encontrarem, recebem influências de ordem conjuntural, relacionadas ao ambiente social e de ordem estrutural, referentes à natureza de classe dos interesses em jogo.

Ao indicar a existência de um tensionamento entre as demandas dos grupos de interesses e os limites da gestão pública, Offe demarca a distinção entre sua perspectiva e a da teoria política pluralista. Segundo ele, a falha desta teoria (da qual decorrem outras) é não considerar que, no processo de organização de interesses, nem só o fator ideológico da vontade, consciência e identidade são suficientes para explicar a existência, a força e as articulações das organizações de interesse.

Falta à teoria pluralista ir além do elemento ideológico e perceber que a estrutura sócio-econômica oportuniza a *emergência* e a atuação de grupos de interesse em detrimento de outros. Além disto, o próprio espaço institucional aberto pelo sistema político, passa a conferir um *status* particular a alguns grupos de interesse dentre os que lhe são reconhecidos. Como afirma o autor: “a forma e o conteúdo concretos da representação de interesse organizada é sempre um re-

sultado do interesse *mais* a oportunidade *mais* o *status* institucional” (1995: 225)

Este espaço público contemporâneo expressa-se de forma profundamente utilitarista: o Estado tenta absorver a legitimidade advinda das organizações sociais; a produção tenta manter seus níveis de lucro por meio da constituição de uma “estabilidade política”, ao resfriar os conflitos de classe, e a sociedade civil ganha tempo para pensar em como encontrar uma alternativa à sua crise de projetos coletivos e à falta de identidade dos seus partidos políticos, mediadores secularmente constituídos que perdem o seu espaço tradicional na sociedade contemporânea.

Enfim, os chamados “setor público não-estatal” e o “setor público estatal” encontram-se e buscam uma nova racionalidade que possa responder à crise política por que passa o capitalismo, modelo produtivo que parece não sobreviver à sua própria vitória. Deste modo, existem duas formas de racionalidade que operam na relação entre a representação de interesse e a execução da política pública.

A primeira é a chamada conjuntural. Nela, ocorre uma situação de baixa institucionalização dos grupos de interesse, pois esta forma de racionalidade não considera legítimo interferir na dinâmica interna das demandas da sociedade civil. Mais freqüente no modelo pluralista liberal, ela opera numa lógica segundo a qual o Estado deve atender ao maior número possível de *inputs* de demandas, de forma a satisfazer, ao máximo, interesses específicos.

Nesta primeira forma de racionalidade, segundo Offe “o problema político é compensar falhas de mercado, resolver conflitos, supervisionar as normas e harmonizar” (1995: 226). Este tipo de funcionamento gera um forte aumento dos gastos governamentais, fazendo-se urgentes ações que lhe renda eficiência e eficácia administrativa. Explica, então, o aparente paradoxo entre decisões populistas e execuções tecnicistas, presentes nos mais diversos governos.

Porém, a despeito da austeridade gerencial, Offe afirma que não há como impedir um colapso administrativo, visto que o aumento desordenado das demandas onera as contas e gera um ambiente político conturbado, dificultando a execução de um planejamento de longo prazo por parte do Estado.

A segunda forma de racionalidade é aquela que, segundo Offe, tende a dominar o cenário político dos Estados de capitalismo avançado desde o final dos anos 60. Chamada de lógica estrutural, ou racionalidade político-econômica, ela não opera via atendimento dos *inputs*, mas sim, pela manipulação da demanda, de forma que elas se tornem compatíveis com os recursos disponíveis.

Chegado o limite de maximização das capacidades de previsão e do planejamento político, o Estado passa, então, a atuar sobre os grupos de interesse a fim de tornar as demandas administráveis. Logo, o seu foco de ação muda, como analisa Offe “Neste caso a variável a ser manipulada e equilibrada não é a dos resultados políticos, mas o sistema de representação de interesse e os modos de resolução dos conflitos” (1995: 227).

A fraqueza desta nova racionalidade instaurada na configuração do espaço público encontra-se na dificuldade de explicar “quais grupos teriam o direito a que tipo de *status*, e por que razão”² (Offe, 1995: 22). O cerne do problema está em investir de autoridade grupos de interesse específicos de modo que suas demandas particulares adquiram *status* de públicas. Esta jogada requer um trabalho de justificação ideológica para que a sociedade não venha questionar a legitimidade das decisões públicas.

Em ambas as estratégias políticas, a conjuntural e a estrutural, os problemas a serem enfrentados não devem exceder o raio de ação dos recursos disponíveis. Porém, no tipo de racionalidade estrutural, uma nova variável administrativa emergiu no cenário político: mudanças no sistema de representação de interesses, as quais visam reorganizar o relacionamento entre os grupos de interesse e entre estes e o Estado, caracterizando o chamado neo-corporativismo nas relações políticas Estado/sociedade civil.

Este neo-corporativismo é a característica mais marcante do realismo pós-pluralista, forma como Offe denomina seu o atual modelo de relação

² Cf. Offe “Entendemos por status o status formal especificamente atribuído ao grupo, em contraste com as relações de cooperação informal entre segmentos políticos e outros segmentos da elite... O status formal é baseado na lei e em regras de procedimento formalmente adotadas que conferem ao grupo de interesse um determinado direito a um status específico (...) deixando de ter suas ações e realizações exclusivamente determinado pelos interesses, ideologias, percepções de necessidades de seus membros...” (1995, p. 244)

Estado/grupos de interesse no espaço público. Nele, a política pode ser mais ou menos corporativista “conforme o grau em que se atribui *status* público a grupos de interesses organizados” (1995: 23).

De fato, o neo-corporativismo se constitui numa espécie de relação íntima entre o Estado e os grupos de interesse, conferindo-lhes quatro dimensões de *status*, a saber: *status de recursos*, *status de representação*, *status de organização* e *status de procedimento*. Já os grupos que são afetados pelas atribuições de *status* podem ser de dois tipos básicos: participantes do mercado e receptores de política.

O primeiro grupo inclui sindicatos e organizações patronais, ou seja, representa o lado da demanda e o da oferta no mercado de trabalho. Já o segundo grupo incorpora os “participantes de um ‘mercado’ político onde tributação, subsídios, pagamentos de transferência, privilégios de grupo, etc. são trocados por apoio e oposição política” (1995: 25)

Esta segunda categoria de grupo de interesse apresenta-se na obra de Offe como surgida a partir de um processo histórico de complexificação e capilaridade dos conflitos na sociedade, os quais se tornaram autônomos frente aos demais conflitos do sistema social-produtivo. A existência desta “segunda categoria” leva à compreensão de que as demandas específicas da sociedade não são derivadas necessariamente da polaridade das classes fundamentais do capitalismo, isto reforça a concepção da autonomia relativa não somente do aparato estatal, mas também das próprias demandas sociais que lhe chegam e constituem o espaço público.

Capital das trocas políticas para a montagem da agenda, as atitudes da administração estatal vão assumindo o clientelismo político e a seletividade como uma estratégia oficial, a qual atinge não somente objetivos de geração de um quadro político desejado, mas também possibilita um planejamento econômico mais tranqüilo, frente à manipulação da visibilidade dos conflitos sociais.

Este novo cenário “pós-pluralista”, em grande medida, consubstancia-se em uma crise de legitimidade dos partidos políticos, pois o papel que caberia a estas organizações – filtrar as demandas sociais, formular propostas de governo e convencer a população de que elas são as melhores – torna-se diretamente atribuição dos aparatos burocráticos do Estado.

Esta crise de legitimidade dos partidos tem também uma causa interna, pois é efeito da secular transformação dos “partidos de classe” em “partidos de integração das massas”. Este papel passa agora para o governo, o qual se torna uma espécie de mediador direto entre as demandas específicas dos grupos e as políticas públicas gerais da sociedade. Nesta nova situação, falta aos partidos desempenhar o papel de “formulação da vontade do povo”, isto gera, por consequência, um “hiato funcional na obtenção de consenso” (Offe, 1995: 252), produzindo um quadro propício à ascensão do neo-corporativismo.

Apesar de se apresentar como solução para alguns problemas sistêmicos da economia política, o neo-corporativismo “acaba por revelar-se uma faca de dois gumes”, visto que “vai além de consertar defeitos institucionais básicos e termina por gerar novos padrões de conflito político” (Offe, 1995: 29). Isto sem contar os danos causados à forma tradicional de representação de interesses instituída no capitalismo: o modelo de representação partidário.

Consoante, depreende-se que as principais influências do neo-corporativismo no processo de constituição do espaço público são:

- Mudança do padrão lógico de relacionamento no âmbito do espaço público, tornando a teoria pluralista obsoleta;
- Valorização das oportunidades institucionais para fins de controle racional das demandas, valorizando o seu potencial de cooperação;
- Reforço da hegemonia da economia política capitalista, restando para as políticas públicas apenas o espaço dos arranjos institucionais com os grupos sociais, passando a ser a forma, por excelência, das políticas públicas contemporâneas;
- Redução do potencial de conflito entre grupos de interesse e o Estado, frente às restrições e obrigações decorrentes do fato das organizações de interesse se tornarem participantes das decisões do Estado (neo-corporativismo);
- Limitação das possibilidades de estratégias e táticas a serem adotadas na defesa dos interesses dos grupos dominados;
- Aumento de déficit fiscal, visto que o sistema de sanções e incentivos do modelo corporativista deixa os governos expostos a chantagens dos grupos participantes, frente à necessidade de ampliar,

cada vez mais, o seu número de aliados para garantir a estabilidade política;

- Estruturas políticas “parademocráticas”, como os organismos tripartites (Alemanha) ou outros tipos de comissões que incorporam os grupos de interesse na formulação das políticas. Com isso, ocorre uma privatização parcial do poder político, que passa a ser privilégio destes poucos grupos;
- Dificuldades quanto à unidade da representação e das reivindicações dos sindicatos (multiplicidade esta incentivada pelo Estado) fazem com que estes percam poder decisório frente aos interesses dos grupos ligados ao capital;
- Para que o modelo corporativista seja estável, pressupõe-se um consenso na sociedade, logo, ele requer tradição, legitimidade e unidade por parte das organizações que dele participam. Além disso, requer também privação dos direitos políticos e civis para as forças opositoras que não quiserem seguir as regras estabelecidas;
- O corporativismo constrói paulatinamente a sua futura destruição. Isto porque, ao mesmo tempo em que o corporativismo requer representatividade das organizações, desmobiliza os movimentos sociais em suas bases, absorvendo-os rapidamente à lógica estatal;
- Provoca um efeito polarizador, pois joga os descontentes com o sistema de representações de interesses para “fora do jogo”. Greves que não foram organizadas pelo sindicato ou respostas violentas, como o terrorismo, são exemplos de alternativas de ação dos chamados “conflitos não-institucionais”;

Doravante os impasses no sistema burocrático expostos acima, Offe acredita que as relações neo-corporativistas que perfazem o atual espaço público podem ser utilizadas no sentido de aumentar o poder do trabalhador. Isto ocorre na medida em que estas “levam a luta de classes ao cerne administrativo do próprio aparelho do Estado” (Esping-Andersen *apud* Offe, 1995: 267-268), apresentando-se como um espaço de visibilidade, no qual a questão não é *se deve* participar, mas *como* fazê-lo. Sendo possível utilizar positivamente o espaço para as reivindicações sem dei-

xar que isto limite o raio de ação ou esvazie a pressão não-institucional por melhores condições de vida. Resta saber: como o corporativismo pode se tornar um instrumento democrático de ampliação da participação popular, via grupos de interesses, na gestão estatal?

Para isto acontecer, os movimentos populares não podem prescindir de atuar nas duas frentes: junto aos órgãos estatais e nas ruas, buscando criar uma hegemonia fora dos esquemas da mídia empresarial. Logo, orienta-se no intento de criar sua própria mídia, investindo em espaços ainda não colonizados pelo mercado. Resta um problema: a população irá se identificar e apropriar-se de uma outra linguagem que não seja a da grande indústria midiática? Como se comunicar com os trabalhadores?

Não é à toa que Habermas indica que o núcleo de compreensão do que seja público está na possibilidade de abertura de espaços comunicacionais entre os diversos grupos de interesses e o Estado, sendo, portanto, o grau de abertura que irá caracterizar as democracias modernas.

Pode-se afirmar que, enquanto Offe analisa os critérios e limites impostos à participação dos grupos de interesses no corporativismo pós-pluralista, priorizando a perspectiva do conflito de interesses, Habermas no texto *Três modelos de democracia. Sobre el concepto de una política deliberativa*³ se preocupa com o ambiente desta participação. Analisa o quadro democrático de constituição dos processos discursivos que orientam a ação do sistema, observando-os como melhor caminho para a legitimação do Estado, priorizando uma análise consensualista do mesmo fenômeno. O primeiro autor constrói sua análise a partir de fatos concretos da política alemã, e quanto ao segundo, fá-lo a partir de categorias de análise. De forma geral, há uma complementaridade entre as suas teorias.

³ Texto apresentado por Habermas no Seminário "Teoria da democracia", apresentado em 1991, na Universidade de Valência.

2.2 Democracia e espaço público: Conceitos interdependentes

Para Habermas, o público, como um espaço relacional entre o Estado e a sociedade, só pode ser entendido a partir do entendimento da democracia. O próprio processo de formação da opinião e da vontade política na esfera pública só podem ser analisados corretamente se vinculados à concepção de democracia. De tal sorte que cada modelo de democracia atrela outras concepções subliminares, as quais permitem a montagem da noção de esfera pública.

A fim de montar o seu modelo ideal de democracia (modelo teórico-discursivo), Habermas realiza distinções entre as noções de Estado, sociedade, política, cidadão e Direito, a partir das visões republicanas e liberais sobre a política. Aqui, interessa principalmente suas referências ao espaço público denominado correntemente no texto como *esfera das discursividades*, formadora das opiniões e vontades coletivas.

Costa analisa que tal preocupação decorre do seu programa de estudo, no qual, após fundamentar a *Teoria da ação comunicativa*, precisa agora compreender as condições de possibilidade desta ação, a qual se daria na *esfera pública*, compreendida como espaço *intersubjetivo* no qual os “agentes [são] portadores de direitos e capazes de acioná-los no espaço público, como cidadãos...” (Habermas, 1995:49)

De fato, repetidas vezes Habermas afirma a primazia do poder que surge da comunicação política dos sujeitos autônomos, na forma de opiniões majoritárias, frente ao poder administrativo do Estado, sendo este último o único capaz de traduzi-lo em *ações efetivas*. Esta é, portanto, uma relação de dependência que possui um determinante: a vontade coletiva.

A partir deste raciocínio, o autor, na parte inicial de sua conferência, analisa os modelos de organização política liberal e republicano (também chamado de comunitarista), apontando-lhes distinções básicas a fim de compreender o seu funcionamento.

REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E DEMOCRACIA NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Concepções	Modelo Liberal	Modelo Republicano
Estado	Aparato da administração pública.	Instância de regulação hierárquica e poder administrativo.
Sociedade	Sistema de relações entre pessoas privadas e seu trabalho social (assemelha-se à noção de mercado).	Representa a dimensão da solidariedade, orientação pelo bem comum. Deve manter ou seus interesses comuns autônomos em relação ao Estado e ao Mercado.
Política	É uma mediadora, que agrega e impõe os interesses sociais privados perante o aparato estatal administrativamente especializado.	Não se esgota na função de mediadora, sendo também, uma forma de reflexão de um complexo de vida ético. É um meio gerador de reconhecimento recíproco entre as pessoas. Atividade normativa.
Cidadania	Define-se pelos direitos negativos que os cidadãos têm diante do Estado e dos demais cidadãos, na busca de realizar os seus interesses privados.	Sobressaem os direitos de participação e de comunicação política, sendo melhor entendido com liberdades positivas as quais gozam os cidadãos.
Direito	Sua função é permitir decidir, em cada caso particular, que direitos cabem aos indivíduos. É subjetivo, pois reza fundamentalmente sobre o que não pode ser feito.	É objetivo. Sua função é possibilitar e garantir a igualdade de direitos e autonomia, fundamentada no respeito mútuo. Vincula a legitimidade da lei ao procedimento democrático de sua gênese.
Espaço público	Local de concorrência dos atores coletivos, os quais agem estrategicamente com o objetivo de conservar ou adquirir posições de poder. Seu meio é a barganha. Legitima-se no voto.	Local de comunicação política que garante a força integradora e a autonomia da prática de entendimento (diálogo) entre os cidadãos. Seu meio é o argumento. Legitima-se no consenso racional.
Democracia	Serve para programar o Estado de acordo com os interesses da sociedade.	Deve permitir uma horizontalidade na formação da vontade política, criando condições para que o consenso seja alcançado argumentativamente.

Realizando uma análise comparativa entre as características destes dois modelos, Habermas constrói um terceiro modelo de democracia, denominado por ele de teórico-discursivo, o qual tem por foco as condições de comunicação dos sujeitos. Indica com isso que o principal critério para avaliar um modelo democrático é a garantia que ele oferece às regras de comunicação claras, estáveis e entendidas por todos.

Habermas coloca-se contrário à visão republicana, na qual a política se realiza no Estado, apesar de concordar com sua noção de processo político. Afirma que a presunção pertencente à política de gerar resultados racionais a partir de posições diferentes é na verdade um produto da comunicação baseada em normas democráticas de discurso. A validade deste sistema político proposto por ele, basear-se-ia no argumento racional enquanto critério e meio de propagação da comunicação.

O risco de analisar a política centrada no Estado é “dispensar a percepção de que os cidadãos em conjunto são capazes de ação coletiva” (Habermas, 1995: 7). Contudo, ao abordar o processo político concedendo centralidade à questão da formação da opinião e da vontade comum, o modelo republicano se aproxima do modelo teórico-discursivo, o qual percebe a política como um procedimento ideal de deliberação e tomada de decisão baseado em regras racionais de comunicação.

A teoria do discurso, como afirma o próprio autor, “toma elementos de ambas as partes e os integra...” (1995: 6). Deste modo, também se apropria de aspectos do modelo liberal de democracia, pressupondo o Estado apenas como esfera da administração pública, a sociedade como esfera da autodeterminação dos cidadãos, havendo clara distinção entre ambas. Dispositivos normativos, como os direitos fundamentais, servem para disciplinar o poder do Estado, o qual deve se submeter à vontade política da maioria.

Um forte questionamento surge ao leitor de sua teoria: qual princípio fundamentaria estas regras de comunicação democrática? Ele estaria fora do campo da linguagem? Submeter-se-ia aos condicionantes históricos ou aos interesses de classe? A esta questão Habermas responde que as normas do discurso e das formas de argumentação retiram o seu conteúdo normativo (validade) da própria estrutura da comunicação lingüística, logo, o padrão de entendimento seria dado pela partilha cultural de uma mesma estrutura lingüística.

É preciso que se analise que estrutura lingüística partilhada por um grupo não “flutua” acima dos valores, das sanções e, portanto, dos interesses dos grupos sociais, ela é fruto de disputas por formas hegemônicas de comunicação, as quais se instituem historicamente em um espaço concreto.

A partir da compreensão de que a esfera pública é um meio no qual as normas fundamentadas na estrutura lingüística são comunitariamente partilhadas, seria então, um espaço argumentativo. Resta ainda saber: quem argumenta? Habermas defende que a institucionalização dos procedimentos e pressupostos comunicativos permite que a democracia seja exercida como:

comunicações desprovidas de sujeitos, ou que não cabe atribuir a nenhum sujeito global, constituem âmbitos nos quais pode dar-se uma formação mais ou menos racional da opinião e da vontade acerca de temas relevantes para a sociedade como um todo... (1995: 8)

Deste modo, a geração informal da opinião, oriunda de uma *intersubjetividade de ordem superior*, realiza-se nas formas de deliberações nas instituições parlamentares ou nos espaços públicos políticos, por meio das eleições. As decisões eleitorais condensam um movimento de passagem de poder gerado comunicativamente para um poder passível de ser empregado em termos administrativos.

O potencial comunicativo difuso por toda a sociedade é, portanto, uma forma de “deslocar o centro de gravidade” do poder sobre a esfera pública. Este centro de gravidade, nas sociedades modernas, assenta-se sobre os recursos do dinheiro, do poder administrativo ou da solidariedade, utilizados para promover a integração e a regulação da sociedade. Diante destes, a teoria discursiva almeja que o centro da gravidade do poder da esfera pública se desloque no sentido do recurso da solidariedade, visto que seu potencial de integração impõe a necessidade do desenvolvimento de “espaços públicos autônomos e em procedimentos de formação democrática da opinião e da vontade políticas, institucionalizada em termos de Estado de Direito” (1995, 8).

A partir daí, a dimensão do Direito se torna, para Habermas, uma arma contra o poder do dinheiro e o poder administrativo. Para ele, o

Mercado e o Estado, enquanto os elementos centrais do mundo sistêmico têm contra eles o Direito, a garantir condições de equidade e autonomia aos processos discursivos. Daí a busca dos mais diversos grupos de interesses por reconhecimento jurídico, visto que o espaço legal é uma espécie de garantia formal da possibilidade de argumentação.

Tal concepção habermasiana traz consigo os problemas de toda teoria que é bem estruturada em sua lógica interna: é idealmente bem montada, mas não possui nenhuma preocupação em confrontar seus postulados com a realidade. A proposta do Direito é, de fato, garantir lugar de fala e interlocução com todos os membros da sociedade, principalmente, com os mais fragilizados.

Contudo, não necessita ser um cientista social para se perceber que o Direito não pode garantir tal espaço a todos em meio a um Estado capitalista, visto que isto o desarticulária internamente e acionaria o seu sistema de defesa e de manutenção dos poderes. Esta é a segunda grande falta do pensamento de Habermas, não ter considerado em seus estudos que o conflito social é uma categoria central de análise política.

Enfim, a articulação entre a autonomia privada, defendida pelo modelo liberal, e a autonomia pública, defendida pelo modelo republicano, encontra o seu ponto de interseção na constituição dos agentes portadores de direitos e capazes de acioná-los no espaço público, como cidadãos. É a partir desta avaliação que, no ano seguinte (1997), Habermas aprofunda sua análise acerca das condições de desempenho dos agentes comunicativos, ou melhor, das condições de operação da esfera pública, no seu livro *Faktizität und Geltung*, posteriormente publicado no Brasil com o título de *Direito e democracia: entre a facticidade e a validade* (2003).

3 A noção de espaço como categoria de análise para a chamada “esfera pública”

Seguindo a definição de Sérgio Costa, sendo o espaço público o resultado de um conflito ele é, em si, também um conceito conflitante entre ser o “amálgama da vontade coletiva”, e ser “justificação das decisões políticas previamente acertadas”. (1995, p. 55) Nesta arena, a luta pelo

poder político-publicitário que ocorre no espaço público traz como resultado a formação da coesão social (amálgama) e do convencimento (justificação), construído através dos “esforços comunicativos dos atores sociais”.

Deste modo, pode-se concluir que o estudo dos “esforços comunicativos” de uma determinada sociedade é um forte indicativo para a análise da constituição do seu espaço público. Estes esforços comunicativos podem ser estudados via análise da linguagem (Habermas) ou, ainda, por meio da política e seus canais de institucionalização (Offe). Considerando a segunda perspectiva mais interessante que a primeira, resta a questão: como isto poderia ser feito?

Partindo do referencial de Lipietz, segundo o qual as estruturas sociais engendram espaços políticos concretos, observa-se a noção de *espacialidade* como uma categoria que possibilita a investigação das relações sociais. Ela se tornou uma alternativa discursiva possível, dentro dos marcos do materialismo histórico, visto que escapa aos esquemas teóricos genéricos.

A *espacialidade* como categoria de análise pode ser bem percebida, segundo o comentário de Lipietz, “Em que consiste esta ‘espacialidade’? Ela não é senão a dimensão espacial da forma de existência material que rege a relação considerada”. (1988: 2)

A produção monopolista do espaço analisada por Lipietz envolve tanto os agentes econômicos quanto os agentes políticos da sociedade, visto que os primeiros não poderiam prescindir do planejamento e da normatização jurídica. Com isso, o cerne da compreensão de seu pensamento está na interdependência de todos os setores da vida social, como afirma, “O que importa é que os subprocessos dirigidos por esta sucessão de agentes não possam ser considerados como totalmente autônomos [...]”. (Lipietz, 1988: 1)

Transportando tal noção para o debate da constituição do público, pode-se inferir que não existe “O espaço público” como categoria universal, mas sim UM espaço público específico de uma determinada configuração sócio-histórica concreta. Além do mais, significa que a forma de estudar este espaço deve ocorrer via as formas materiais de suas manifestações, a saber: os grupos de interesse e a construção da agenda.

Contudo, é possível inferir que o mesmo raciocínio lógico que serve para a análise da configuração do espaço econômico-jurídico seria válido para os demais processos sociais. Deste modo, Lipietz afirma os seguintes elementos para a análise da constituição do espaço econômico e jurídico que lhe é superposto (noção de regulação):

- A observação do que está presente e o que está ausente no espaço;
- O conhecimento dos elementos que têm efetiva participação e os que, mesmo estando presentes, encontram-se excluídos das relações consideradas;
- A distribuição dos lugares nas relações supracitadas.

Retornando à questão de ser o espaço uma categoria de análise que oferece maior materialidade ao estudo da constituição do que seja o *público*, é importante frisar que todo espaço específico, sendo parte do processo geral, é, ao mesmo tempo, efeito de uma dinâmica social ampla que lhe incorpora e também co-ator (re)produzindo-o e gerando alterações nas configurações do espaço social. Como afirma Lipietz, “Todas as relações contribuem para compor a realidade social, mas cada relação supõe a realidade social como um dado”. (1988: 26).

Portanto, não se pode retirar o espaço público do quadro histórico e sócio-econômico da sociedade particular na qual está inserido, porém não lhe cabe a diluição de uma abordagem totalizante, reduzindo os seus conflitos internos aos conflitos de classe, como sendo um simples *reflexo* dos interesses econômicos antagônicos da sociedade capitalista.

Lipietz construiu o seu modelo sobre a hipótese central de que *toda materialidade possui uma espacialidade*. E ainda, complementa inserindo o espaço social como sendo um momento de reprodução do chamado “quadro de vida”. Deste modo, o espaço social não se reduz a um mero espaço das “práticas sociais”. Esta distinção é importante na medida em que o autor foge às perspectivas fragmentadoras dos espaços, vistos como práticas isoladas e autônomas (como a noção de esfera), afirmando a concepção dialética da contradição entre fenômeno e essência, “Em uma sociedade onde não houvesse diferença entre o trabalho social e os trabalhos concretos, a questão da relação entre o ‘espaço social’ e as ‘práticas sociais’ não se colocaria: seria o espaço destas práticas”.(1988, 26)

Portanto, poder-se-ia dizer que o espaço público é mais que o espaço das práticas públicas, como o das políticas estatais, por exemplo. Ele seria a resultante concreta destas práticas, podendo ser avaliado pela sua composição e natureza a partir das dimensões “presença-ausência”, “participação-exclusão” e a distribuição dos “lugares”. Estas são variáveis de análise que, ao serem aplicadas a uma sociedade concreta – mais precisamente aos seus “esforços comunicativos” – pode servir de instrumental para o estudo da constituição do espaço público.

Se por um lado é bem fundamentada a crítica de Habermas à explicação funcionalista – a qual vê o espaço público como um mercado no qual quem tem mais recursos materiais impõe sua vontade – visto que esta concepção de fato não contempla o movimento de interesses contraditórios que ascendem ao espaço público e que, algumas vezes, escapam ao controle da classe dominante. Por outro lado, há limitações no paradigma habermasiano de análise do espaço público. Estas podem ser bem observadas na análise de Costa, o qual afirma:

...há também que se admitir que o modelo teórico-discursivo [baseado na teoria da ação comunicativa de Habermas] apresenta problemas para ser utilizado como instrumental para se entender a dinâmica da esfera pública da maior parte das democracias contemporâneas. (...) Além do esforço de convencimento argumentativo, tais atores representam um trabalho de relações públicas com o objetivo exclusivo de obter espaço na mídia. Procuram, dessa forma, adaptar-se aos requisitos estruturais dos veículos oferecendo informações de valor noticioso, orientadas no nível de conteúdo e quanto aos prazos, pelas formas de produção jornalísticas e pelas características institucionais dos meios de comunicação de massa. (Costa, 1995: 63)

Deste modo, Costa *submete* o processo de comunicação para a construção da esfera pública às necessidades operacionais de seus veículos divulgadores, os meios de modo geral. Com isso, a construção linguística fica limitada à lógica do desenvolvimento histórico, político e econômico que as empresas que constituem a mídia aceitam como discurso noticiável.

Com isto, os atores sociais (individuais ou coletivos) precisam de divulgação para a obtenção de reconhecimento público e, com isso, têm que adaptar seus discursos às demandas midiáticas, nos critérios e na linguagem que conferem noticiabilidade a um evento.

Diante do exposto, pode-se concluir que a opção de “espaço” como categoria de análise para o público desponta como uma alternativa político-epistemológica às terminologias como “setor público”, visto como oposição ao “setor privado” (uma dicotomia inexistente diante da unidade dialética do real) e, principalmente, como alternativa à terminologia “esfera pública”, difundida por Habermas, associada a uma noção de autonomia das esferas (de matriz weberiana) e cujo objeto de análise seria a linguagem e a constituição dos discursos, uma perspectiva que termina por perder a dimensão material dos fenômenos sociais.

Além disto, a noção de espaço possui como vantagem o fato de incorporar o aspecto da formação das redes de relacionamentos instituídas nos processos de comunicação entre as associações, e os aparatos estatal e produtivo, redes estas que constituem uma “impressão geral” denominada “opinião pública”.

Deste modo, as instituições que constituem o espaço público formam no espaço social uma relação específica que aparece como “comunidade ilusória” (1988, p. 19). Esta instância política, a qual confere unidade às formações sociais, atua tanto nas contradições horizontais (relativamente autônoma dos conflitos de classe) e das contradições verticais (entre as classes dominante e dominada). Para Lipietz, o primeiro tipo confere o caráter *separado* do Estado, e o segundo o seu caráter opressivo.

O espaço público comporta, portanto, inúmeros tipos de arranjos horizontais e verticais. As instituições ou centros de poder atuam como um núcleo orgânico deste espaço político com fins ampliados de reprodução social.

3 Conclusão

Quanto à questão desta investigação “como se constitui o espaço público?”, pode-se observar que o espaço público possui materialidade e pode ser analisado em sua relação dialética de afirmação da ordem eco-

nômica e política estabelecida, mas também pode ser um instrumento de subversão desta mesma ordem.

Percebeu-se também que não há um traço que separe sociedade e Estado. Logo, não é muito precisa a denominação “espaço público estatal” e “não-estatal”. Isto porque o Estado se constitui a partir da sociedade e de seus interesses. Contudo, atualmente se concebe a possibilidade de uma racionalidade própria do aparato estatal, visto que este possui complexas necessidades de se apresentar eficaz em sua administração, além de necessitar um certo nível de participação e de consenso, a fim de legitimar suas decisões.

É bem verdade que “ter uma racionalidade própria” não significa afirmar que o Estado não regule a sociedade propiciando um bom funcionamento do sistema produção-consumo do capitalismo. Significa tão-somente que o Estado não é um simples reflexo do mercado (teoria liberal), visto que é atravessado por demandas contraditórias as quais podem pressioná-lo até o ponto da imposição de mudanças estruturais.

Offe e Habermas trazem à baila a discussão de como público e privado se articulam na sociedade contemporânea. Offe segue a trilha da análise histórica (análise da Alemanha dos anos oitenta) e Habermas da matriz teórica.

Claus Offe mostra que os interesses privados não são de indivíduos, mas de grupos de interesse, enquanto Habermas prefere o debate dos direitos do cidadão, como um espaço onde os interesses privados articulam-se entre si.

A representação pública dos interesses de grupos, na análise Offe, submete-se ao quadro político da luta de classes, enquanto em Habermas, é vista como um conflito de discursos desprovidos de materialidade, opiniões coletivas formadas pelo encontro das subjetividades dos indivíduos.

Diante do exposto, pode-se deduzir que em uma escala produzida por Offe para analisar os grupos de interesse (que também poderia servir para o indivíduo) as dimensões da vontade, das condições sócio-econômicas e da oportunidade institucional são percebidas de acordo com a matriz de pensamento de cada teórico. Os pluralistas liberais só ressaltaram a primeira, os republicanos perceberam as duas iniciais, e os autores

alemães estudados consideraram as três, porém associaram à última dimensão interpretações diferentes.

O projeto de constituição do espaço público de tendência corporativista apontado por Offe, é visto com bastante desconfiança, como uma espécie de “gaiola de ouro”, na qual as organizações da sociedade ficam vinculadas e comprometidas com a ordem social. Já Habermas enxerga na conquista de direitos representativos uma institucionalização das normas de comunicação que é a essência da democracia para sua teoria discursiva.

A saída, por fim, apontada pelos autores para a constituição de um ambiente público mais democrático passa, em Offe, pela pressão política das organizações sociais e sua constante vinculação com as bases e, em Habermas, pela construção de normas de argumentação compartilhadas e racionais. De tal sorte, conclui-se, de maneira polêmica, que as notícias fazem os atores sociais e não o seu inverso.

Enfim, acreditando-se em que as relações políticas possuem uma sintonia com a divisão do trabalho, e que as mesmas atualmente têm como problema central a questão da “ressocialização do trabalho dividido” (Lipietz, 1988: 153) torna-se mais adequado a utilização da categoria *espaço* para a análise do que seja o público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

COSTA, Sérgio. Democracia e dinâmica da esfera pública. *Lua Nova*. Revista de cultura e política. São Paulo, n. 36, 1995, p. 55-65.

_____. Movimentos Sociais, Democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. (Biblioteca Tempo Universitário, n. 60)

_____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 198. (Biblioteca Tempo Universitário; n. 76; Série Estudos Alemães)

_____. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova. Revista de cultura e política*. São Paulo, n. 36, 1995, p. 39-53.

_____. *Direito e democracia: entre a facticidade e a validade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 2. (Coleção Biblioteca Tempo Brasileiro)

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 198.

_____. *Capitalismo Desorganizado: as transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VIEIRA, List. "A sociedade civil no espaço público". In: *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 71-89.